



CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de 01 a 05:

O virologista chinês George Fu Gao conhece os vírus como poucos. Ele acompanhou várias epidemias nas últimas décadas e, durante a pandemia de Covid-19, esteve à frente do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China, que coordenou parte das ações do país para lidar com o novo coronavírus, o Sars-CoV-2. Seu grupo identificou a proteína à qual o vírus adere para invadir as células e causar a infecção, testou anticorpos contra ele e desenvolveu ao menos uma vacina.

Mais recentemente, Gao começou a se preocupar com um tipo de vírus não biológico: o vírus da informação, ou, como apelidou em um artigo publicado de 2022, o “inforus”, agente causador da infodemia, a propagação rápida e incontável das informações, quase sempre imprecisas ou falsas. “Por causa da internet e da inteligência artificial, as notícias se espalham muito rapidamente, mais rápido do que um vírus biológico”, afirma.

Formado em medicina veterinária na Universidade Agrícola de Shanxi, na China, Gao migrou para a microbiologia e depois para a virologia. Fez doutorado na Universidade de Oxford, no Reino Unido, onde foi professor de 2001 a 2004, e, no retorno à China, foi para o Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências (CAS), onde atua. De 2017 a 2022, dirigiu o CDC chinês. Gao é autor de mais de 600 artigos científicos. Um deles, publicado em 2020 no *The New England Journal of Medicine*, descreve o isolamento do Sars-CoV-2 em pacientes de Wuhan e já foi citado mais de 35 mil vezes.

(Ricardo Zorretto. <https://revistapesquisa.fapesp.br/>, edição 358, dezembro de 2025. Adaptado)

01. De acordo com as informações textuais, a utilização do termo “inforus” pelo virologista chinês George Fu Gao é consequência

- (A) da semelhança dos prejuízos à saúde que pode haver entre o vírus da informação e o vírus biológico, ambos de grande letalidade na sociedade atual.
- (B) do surgimento de um novo vírus biológico, cujos prejuízos à saúde dos seres humanos podem ser da mesma proporção que os causados pelo Sars-CoV-2.
- (C) da falta de informação que rege a sociedade contemporânea, fruto do acesso restrito à internet e à inteligência artificial, o que causa discriminação social.
- (D) da celeridade com que informações, predominantemente imprecisas ou falsas, passaram a ser disseminadas, o que se potencializou no contexto digital.
- (E) da superação de problemas como a falta de informação, que levou milhões de pessoas à morte quando se espalhou pelo mundo o novo coronavírus.

02. As informações do 3º parágrafo têm a função de

- (A) justificar o papel relevante que George Fu Gao e seu grupo tiveram durante a pandemia de covid-19, o que não o habilita, no entanto, para tratar de questões de informação.
- (B) credenciar George Fu Gao como um pesquisador relevante em sua área, o que implica reconhecer como importantes suas considerações sobre a infodemia.
- (C) mostrar a presença tímida de George Fu Gao no contexto científico chinês, porém, reconhecendo a expertise dele em questões de internet e inteligência artificial.
- (D) colocar George Fu Gao e seu grupo como pesquisadores de pequena envergadura no contexto científico chinês, o que se aplica também ao conceito de “inforus”.
- (E) engrandecer os estudos de George Fu Gao e de sua equipe que, mesmo não tendo avançado em estudos sobre Sars-CoV-2, criaram conceitos relevantes em infodemia.

03. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância nominal e concordância verbal.

- (A) As imprecisões ou as falsidades de algumas informações se propaga em proporções incontroláveis, segundo o virologista George Fu Gao.
- (B) Parte das ações do país implementadas para lidar com o novo coronavírus, o Sars-CoV-2, foi coordenada pelo virologista George Fu Gao, no CDC.
- (C) Mais de 600 artigos científicos foi escrito por George Fu Gao, professor do Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências.
- (D) George Fu Gao e outros pesquisadores compõe o grupo responsáveis por identificar a proteína à qual Sars-CoV-2 adere para invadir as células.
- (E) Um artigo científico de Gao, para o qual já se fez mais de 35 mil citações, descreve o isolamento do Sars-CoV-2 em pacientes de Wuhan.

04. Devido _____ internet, as notícias chegam _____ pessoas muito rapidamente, porém, é um processo em que _____ veracidade das informações pode não atender _____ realidade, o que representa prejuízos _____ uma parcela expressiva da população.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... às ... a ... à ... a
- (B) a ... as ... à ... à ... à
- (C) à ... a ... a ... a ... à
- (D) a ... à ... à ... a ... a
- (E) à ... às ... a ... à ... à

05. Considere as passagens do 1º parágrafo:

- Ele acompanhou várias epidemias nas últimas décadas e, durante a pandemia de covid-19, esteve à frente...
- ... que coordenou parte das ações do país para lidar com o novo coronavírus, o Sars-CoV-2.
- ... para invadir as células e causar a infecção, testou anticorpos contra ele e desenvolveu ao menos uma vacina.

As vírgulas são empregadas nas três passagens com a função de separar, correta e respectivamente:

- (A) expressão explicativa; expressão corretiva; orações subordinadas.
- (B) expressão corretiva; expressão exemplificativa; orações coordenadas.
- (C) expressão adverbial; expressão explicativa; orações coordenadas.
- (D) expressão adverbial; expressão corretiva; orações coordenadas.
- (E) expressão explicativa; expressão explicativa; orações subordinadas.

Leia o texto para responder às questões de 06 a 10:

Comércio global à margem da OMC

A reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Camarões terminou como tantas desde o colapso da Rodada Doha, em 2008: sem acordo. Negociações sobre o comércio digital fracassaram. Tentativas de reformas institucionais empacaram. Delegações voltaram para casa com declarações vagas. O representante comercial dos EUA anunciou que Washington buscaria acordos fora da OMC.

O impasse não surpreende. A organização depende do consenso entre mais de 160 países. A Índia bloqueia avanços em temas sensíveis, como tributação digital. Os EUA mantêm paralisado o órgão de apelação. A China resiste a mudanças que atinjam seus subsídios. A máquina roda formalmente, mas não produz resultados.

Ainda assim, o comércio global não desacelerou na mesma proporção. Cadeias produtivas continuam ligando fábricas na Ásia, centros tecnológicos na Europa e mercados consumidores nas Américas. Fluxos apenas mudam de caminho, deslocando fornecedores e rotas. Os governos não estão emulando o unilateralismo dos EUA, e não se materializou um protecionismo generalizado. Os países negociam, mesmo quando a OMC não decide.

As regras não desapareceram, mas já não dependem do fórum que as consolidou. Desfazer operações globais implicaria custos elevados, perda de escala e ruptura de contratos. Quando políticas comerciais avançam nessa direção, encontram resistência de empresas e mercados. A integração econômica sobrevive por inércia e interesse, mesmo quando a arquitetura institucional vacila.

Grandes rodadas de liberalização são coisa do passado. Trata-se de preservar alguma previsibilidade num sistema mais fragmentado e modular. A alternativa não é entre uma OMC perfeita e o colapso, mas entre um sistema imperfeito e funcional ou o caos baseado na lei do mais forte. Isso exige flexibilidade para contornar bloqueios, mas também algum esforço de coordenação para evitar que o comércio se transforme numa sucessão de pactos desconectados. Sem esse equilíbrio, o risco não é exatamente o fim da globalização, mas sua degradação. Até aqui, o comércio tem resistido mais do que as instituições que deveriam organizá-lo. A letra da OMC está morta. Seu espírito vive.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 09.04.2026. Adaptado)

06. O editorial deixa claro que a falta de consenso entre os países-membros da Organização Mundial do Comércio

- (A) limita o poder de barganha de diversas nações, que se tornam ainda mais dependentes das decisões norte-americanas.
- (B) representa prejuízos significativos para a maioria das nações no comércio mundial, afetando as cadeias produtivas.
- (C) deixa de afetar as relações mundiais de comércio porque as suas regras permanecem a despeito das dissonâncias.
- (D) impõe novas barreiras para as transações comerciais, já que o mundo vive agora sob o protecionismo generalizado.
- (E) revela que a organização sucumbiu aos interesses particulares de cada país-membro, o que sinaliza o fim da sua essência.

07. Considere as passagens:

- Delegações voltaram para casa com declarações **vagas**. (1º parágrafo)
- A Índia bloqueia avanços em temas **sensíveis**, como tributação digital. (2º parágrafo)
- Sem esse equilíbrio, o risco não é exatamente o fim da globalização, mas sua **degradação**. (5º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) contraditórias; difíceis de entender; destruição.
- (B) confusas; bastante complexos; irrelevância.
- (C) desconexas; de natureza solidária; ruína.
- (D) incertas; naturalmente ofensivos; mudança.
- (E) imprecisas; difíceis de lidar; aviltamento.

08. O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) **Negociações** sobre o comércio digital fracassaram. (1º parágrafo)
- (B) A China resiste a mudanças que atinjam seus **subsídios**. (2º parágrafo)
- (C) Os **países** negociam, mesmo quando a OMC não decide. (3º parágrafo)
- (D) ... mesmo quando a **arquitetura** institucional vacila. (4º parágrafo)
- (E) ... o **comércio** tem resistido mais do que as instituições... (5º parágrafo)

09. Considere as passagens:

- A Índia bloqueia avanços em temas sensíveis, **como** tributação digital. (2º parágrafo)
- **Ainda assim**, o comércio global não desacelerou na mesma proporção. (3º parágrafo)
- As regras não desapareceram, **mas** já não dependem do fórum que as consolidou. (4º parágrafo)
- Isso exige flexibilidade para contornar bloqueios, **mas também** algum esforço de coordenação... (5º parágrafo)

As expressões destacadas estabelecem entre as orações do texto, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) exemplificação; oposição; oposição; adição.
- (B) comparação; conclusão; oposição; oposição.
- (C) conformidade; adição; comparação; conclusão.
- (D) comparação; oposição; comparação; adição.
- (E) exemplificação; adição; explicação; oposição.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) A organização depende de que concertem-se os interesses comerciais entre mais de 160 países.
- (B) Ainda assim, não constatou-se a desaceleração do comércio global na mesma proporção.
- (C) Tornaria-se difícil desfazer operações globais: custos elevados, perda de escala e ruptura de contratos.
- (D) Se trata, agora, de preservar alguma previsibilidade num sistema mais fragmentado e modular.
- (E) Na realidade, ainda que a máquina rode formalmente, constata-se que não produz resultados.

11. Uma aplicação financeira de X reais apresentou ao final do primeiro mês de investimento um total, que inclui X e o rendimento obtido, de $\frac{11}{9}$ de X. Esses $\frac{11}{9}$ de X foram mantidos na aplicação que, no segundo mês, aumentou o equivalente a $\frac{3}{2}$ do valor que havia aumentado no primeiro mês. Sem retirar nada da aplicação, verificou-se que, ao término do segundo mês, o valor total, que inclui X e os dois rendimentos obtidos, era de R\$ 6.832,00.
- A diferença entre o rendimento obtido no segundo mês da aplicação e o valor obtido no primeiro mês foi igual a
- (A) R\$ 244,00.
(B) R\$ 362,00.
(C) R\$ 488,00.
(D) R\$ 506,00.
(E) R\$ 618,00.
12. Em um laboratório, ao ser disparado um cronômetro, o evento F ocorre exatamente a cada 3 minutos, o evento G, a cada 4 minutos, o evento H, a cada 6 minutos, e o evento J, a cada 9 minutos. O tempo decorrido desde o disparo do cronômetro até a ocorrência do 16º evento isolado, ou seja, ocorrência de um evento sem a ocorrência de qualquer outro desses eventos, ao mesmo tempo, foi de
- (A) 45 minutos.
(B) 51 minutos.
(C) 52 minutos.
(D) 56 minutos.
(E) 57 minutos.
13. Foram arrecadadas 132 cédulas de 100 reais, 156 de 50 reais e 180 de 20 reais, para serem divididas em premiações diversas em uma gincana. Essas premiações seriam colocadas no maior número possível de envelopes, de tal modo que cada envelope contenha x cédulas de 100 reais, y cédulas de 50 reais e z cédulas de 20 reais.
- Realizada a divisão dessa maneira, um ganhador receberia como prêmio, em seu envelope, a quantia de
- (A) R\$ 2.000,00.
(B) R\$ 2.050,00.
(C) R\$ 2.100,00.
(D) R\$ 2.150,00.
(E) R\$ 2.200,00.

14. O preço de um produto sofreu redução sucessiva de 10%, duas vezes, e, em seguida, acréscimo sucessivo de 10%, duas vezes. A porcentagem a mais, que o preço inicial apresenta em relação ao preço final, é um valor que se encontra no seguinte intervalo:

(A) de 0% a 0,49%
(B) de 0,5% a 0,99%
(C) de 1% a 1,49%
(D) de 1,5% a 1,99%
(E) de 2% a 2,5%

15. Em um grupo de voluntários que se dedicam a trabalhos de assistência social, a razão entre o número de homens e o número de mulheres é $\frac{3}{8}$. Com a intenção de aumen-

tar a participação masculina no grupo, foi feita uma campanha que visava a adesão de mais homens para o grupo. Para surpresa de todos, a participação de mulheres havia aumentado em 20%.

Para que a razão mencionada, que era $\frac{3}{8}$, se tornasse $\frac{7}{8}$,

a porcentagem de aumento da participação masculina deveria subir, como resultado da campanha, em:

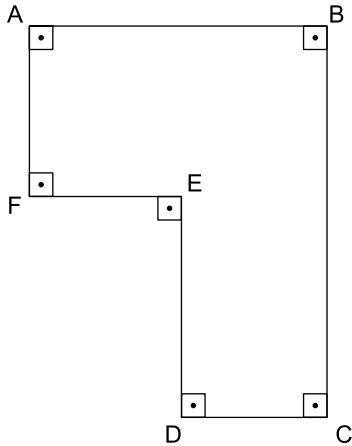
(A) 180%
(B) 166,666... %
(C) 150%
(D) 133,333... %
(E) 120%

16. Uma construtora contratou 3 funcionários para executarem a limpeza das paredes de apartamentos para entrega. Sabe-se que esses funcionários conseguiram limpar 2.520 m^2 de paredes trabalhando 6 horas por dia durante 7 dias. A área total a ser limpa era de 16.920 m^2 e, para terminar esse trabalho, além dos 3 funcionários já contratados, a empresa contratou outros 2 funcionários e todos eles trabalhariam 9 horas por dia.

Considerando que todos os funcionários têm a mesma velocidade de trabalho, é correto afirmar que o número total de dias de trabalho, para que os 16.920 m^2 fossem limpos, foi de

(A) 16.
(B) 20.
(C) 23.
(D) 26.
(E) 29.

17. O desenho a seguir, desenhado fora de escala, representa o contorno de um terreno cuja área é de $0,92 \text{ km}^2$. Referências métricas do terreno: $AB = 2x$; $AF = x + 1$; $CD = x$; $DE = x + 2$.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

O perímetro desse terreno, em metros, é um valor que está inserido no intervalo de

- (A) 7.100 a 7.399.
- (B) 7.400 a 7.699.
- (C) 7.700 a 7.999.
- (D) 8.000 a 8.299.
- (E) 8.300 a 8.600.
18. Uma loja vende estes seis produtos: F, G, H, J, K e L. Quem compra um F e um G, paga R\$ 13,00; quem compra um G e um H, paga R\$ 11,00; quem compra um H e um J, paga R\$ 10,00; quem compra um J e um K, paga R\$ 11,00; quem compra um K e um L, paga R\$ 13,00 e quem compra um F e um L, paga R\$ 14,00.
- Quem comprar um F, um G, dois H, um J, um K e dois L, pagará, por esses oito produtos, o valor de
- (A) R\$ 45,00.
- (B) R\$ 46,00.
- (C) R\$ 47,00.
- (D) R\$ 48,00.
- (E) R\$ 49,00.

19. Considere a tabela a seguir:

LOJA DE AUTOMÓVEIS "COMPRA AQUI"	
VENDEDORES	NÚMERO DE UNIDADES VENDIDAS
Marcos	5
Luiz	13
Rita	18
Osvaldo	22
Mônica	15
Paulo	25
Gilda	12
Sérgio	42
Neide	x
Cátia	2x

(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Essa tabela apresenta a vendedora Neide com x unidades vendidas, e a vendedora Cátia com 2x unidades. Com as vendas efetuadas por Neide e Cátia, a média aritmética simples do número de unidades vendidas por vendedor, desses dez vendedores, supera em uma unidade essa mesma média, considerando-se apenas os primeiros oito vendedores que aparecem na tabela.

Sendo assim, a diferença entre o número de unidades vendidas por Cátia e o número de unidades vendidas por Paulo é igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

20. Um reservatório de água, cujo formato interno é de um paralelepípedo reto com medidas da base de 2 m por 1,5 m. Em um certo dia, esse reservatório foi enchido até a água atingir a altura de 0,8 m e nada mais foi acrescentado. Exatamente ao ser atingida essa altura da água, foi aberto um registro de vazão que possibilitava a saída de 200 mL de água por minuto.

Por quanto tempo esse registro deve ficar aberto para que a altura da água no reservatório seja de 0,73 m?

- (A) 23 horas.
- (B) 21 horas e 40 minutos.
- (C) 19 horas e 30 minutos.
- (D) 18 horas e 20 minutos.
- (E) 17 horas e 30 minutos.

LEGISLAÇÃO

- 21.** Tendo em vista a Resolução nº 04, de 26 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Votorantim, é correto afirmar que a Diretoria Legislativa é diretamente subordinada à
- (A) Assessoria da Presidência.
 - (B) Assessoria da Mesa Diretora.
 - (C) Diretoria de Administração.
 - (D) Procuradoria Jurídica.
 - (E) Mesa Diretora.
- 22.** Considerando o que dispõe a Resolução nº 04, de 26 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Votorantim, a função de conferir os textos das leis publicadas com os respectivos autógrafos, comunicando incoerências observadas, é de competência da
- (A) Coordenadoria de Serviços Legislativos.
 - (B) Diretoria Legislativa.
 - (C) Consultoria do Processo Legislativo.
 - (D) Assessoria da Mesa Diretora.
 - (E) Assessoria das Comissões.
- 23.** A Procuradoria da Câmara Municipal de Votorantim, tendo em vista o disposto na Resolução nº 04, de 26 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Votorantim,
- (A) é vinculada diretamente à Assessoria da Presidência.
 - (B) é dividida em duas áreas de concentração: contencioso geral e consultoria geral.
 - (C) não poderá prestar consultoria jurídica aos vereadores nos assuntos pertinentes às suas funções.
 - (D) exerce a função de consultoria junto à Diretoria Legislativa por meio da Consultoria do Processo Legislativo.
 - (E) é chefiada, de acordo com a área de concentração, por portaria da mesa diretora, com prazo máximo de vigência de um ano.

- 24.** A lavratura e zelo pelos Termos de Posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, bem como os de extinção dos respectivos mandatos, devem ser realizados pela
- (A) Assessoria Parlamentar.
 - (B) Diretoria Administrativa.
 - (C) Diretoria Legislativa.
 - (D) Assessoria da Presidência.
 - (E) Assessoria da Mesa Diretora.
- 25.** Assinale a alternativa que contém o órgão diretamente subordinado à Diretoria de Administração.
- (A) Coordenadoria de Serviços Legislativos.
 - (B) Coordenadoria de Comunicação Organizacional.
 - (C) Departamento de Contabilidade.
 - (D) Assessoria Parlamentar.
 - (E) Assessoria das Comissões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Em determinado Município, uma receita de imposto foi classificada no orçamento por natureza da receita, estimada na Lei Orçamentária Anual e, posteriormente, paga pelo contribuinte em instituição financeira autorizada, com transferência posterior à conta específica do Tesouro.

Considerando a matéria relativa à classificação da receita orçamentária, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação por natureza da receita identifica a origem do recurso segundo o fato gerador; a previsão corresponde à estimativa de arrecadação constante da LOA; a arrecadação ocorre com a entrega dos recursos; e o recolhimento corresponde à transferência dos valores.
- (B) A classificação por natureza da receita tem por finalidade identificar a função governamental em que o recurso será aplicado; a previsão ocorre somente após a arrecadação; e o recolhimento corresponde ao pagamento efetuado pelo contribuinte.
- (C) A previsão da receita orçamentária corresponde à constituição do crédito tributário; a arrecadação corresponde à transferência dos valores à conta específica do Tesouro; e o recolhimento representa a estimativa constante da LOA.
- (D) A arrecadação e o recolhimento são etapas equivalentes da execução da receita orçamentária, pois ambas correspondem ao ingresso inicial dos recursos nos cofres públicos.
- (E) A receita orçamentária deve ser registrada no momento da previsão constante da LOA, ainda que não tenha ocorrido a arrecadação dos recursos.

27. Durante o exercício financeiro, determinado ente público executou despesa previamente autorizada na Lei Orçamentária Anual, classificada quanto à natureza e processada pelos estágios de empenho, liquidação e pagamento.

A partir desse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A fixação da despesa ocorre com a emissão da nota de empenho, momento em que se verifica o direito adquirido pelo credor.
 - (B) A liquidação corresponde à reserva de dotação orçamentária para finalidade específica, enquanto o empenho representa a entrega de numerário ao credor.
 - (C) A modalidade de aplicação identifica a função e a subfunção governamental as quais a despesa está vinculada.
 - (D) A classificação por natureza da despesa envolve categoria econômica, grupo de natureza e elemento de despesa, sendo complementada pela modalidade de aplicação.
 - (E) O pagamento é o estágio inicial da execução da despesa orçamentária e pode ocorrer antes da liquidação, desde que exista dotação orçamentária suficiente.
28. É correto afirmar que, na mensuração subsequente de ativos no setor público, a
- (A) reavaliação deve ser realizada de forma seletiva, apenas para os ativos que apresentarem aumento de valor.
 - (B) depreciação aplica-se aos ativos intangíveis, enquanto a amortização é utilizada para bens móveis e imóveis sujeitos ao desgaste físico.
 - (C) exaustão corresponde ao ajuste periódico de ativos ao valor justo, sempre que houver diferença entre o valor contábil e o valor de mercado.
 - (D) redução ao valor recuperável é equivalente à depreciação, pois ambas decorrem necessariamente do desgaste normal pelo uso.
 - (E) reavaliação busca adequar o valor contábil ao valor justo, quando adotado esse modelo; a redução ao valor recuperável ajusta o ativo quando seu valor recuperável for menor que o valor líquido contábil.

29. Ao encerrar suas demonstrações contábeis, uma entidade pública identificou três situações independentes:

- I. obrigação presente decorrente de evento passado, com saída provável de recursos e estimativa confiável;
- II. obrigação possível, com saída de recursos não provável, mas não remota;
- III. direito discutido judicialmente, com entrada provável de recursos, mas ainda não confirmada.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) A situação I deve ser divulgada apenas em notas explicativas, pois toda provisão possui incerteza quanto ao prazo ou valor; a situação II deve ser reconhecida como provisão; e a situação III deve ser reconhecida como ativo.
- (B) A situação I deve ser reconhecida como provisão; a situação II deve ser tratada como passivo contingente, sem reconhecimento patrimonial; e a situação III deve ser tratada como ativo contingente, sem reconhecimento patrimonial, mas com divulgação quando aplicável.
- (C) A situação I somente deve ser reconhecida após decisão judicial definitiva; a situação II dispensa qualquer divulgação por não representar saída provável; e a situação III deve ser reconhecida como ativo por envolver entrada provável de recursos.
- (D) A situação I deve ser reconhecida apenas quando a saída de recursos for praticamente certa; a situação II deve ser registrada como obrigação patrimonial; e a situação III deve ser reconhecida como ativo contingente no patrimônio.
- (E) A situação I deve ser tratada como passivo contingente; a situação II deve ser reconhecida como provisão em contas patrimoniais; e a situação III deve ser reconhecida como variação patrimonial aumentativa.

30. Um ente público contratou financiamento para execução de obra pública; inscreveu em dívida ativa créditos vencidos, após apuração de liquidez e certeza; e registrou obrigação decorrente de precatório expedido contra a Fazenda Pública.

Tendo como base a natureza contábil desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) As operações de crédito representam direitos a receber do ente público; a dívida ativa corresponde a obrigações vencidas da Fazenda Pública; e os precatórios são despesas administrativas inscritas por ato discricionário do Poder Executivo.
- (B) As operações de crédito representam obrigações financeiras assumidas pelo ente público; a dívida ativa corresponde a créditos da Fazenda Pública exigíveis e não pagos, inscritos após apuração de liquidez e certeza; e os precatórios decorrem de requisições de pagamento contra a Fazenda Pública oriundas de decisões judiciais transitadas em julgado.
- (C) A dívida ativa deve ser reconhecida como passivo, pois representa dívida do ente público perante terceiros; já as operações de crédito são classificadas como ativo financeiro; quanto aos precatórios, decorrem de requisições de pagamento contra a Fazenda Pública oriundas de decisões administrativas.
- (D) As operações de crédito representam ativos financeiros assumidos pelo ente público; a dívida ativa corresponde a débitos da Fazenda Pública exigíveis e não pagos; e os precatórios são registrados apenas quando ocorre o pagamento financeiro, não havendo reconhecimento anterior de obrigação patrimonial.
- (E) As operações de crédito, a dívida ativa e os precatórios possuem a mesma natureza jurídica, financeira e contábil, pois todos representam obrigações financeiras do ente público, todavia, seus registros são distintos entre ativos e passivos.

31. Na elaboração do Balanço Orçamentário, determinado ente público abriu créditos adicionais com superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Diante a demonstração desse fato e a apuração do resultado orçamentário, assinale a alternativa correta.

- (A) O resultado orçamentário é apurado pela comparação entre receitas previstas e despesas pagas no exercício, considerando-se o desembolso financeiro como critério suficiente para demonstrar superávit ou déficit no Balanço Orçamentário.
- (B) O superávit financeiro de exercícios anteriores deve ser reconhecido como receita orçamentária do exercício, compondo o resultado orçamentário e servindo para equilibrar a execução, por representar disponibilidade financeira já existente no ente público.
- (C) O superávit financeiro de exercícios anteriores não integra a receita orçamentária do exercício, nem o cálculo do resultado orçamentário, embora possa ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais e exigir evidenciação adequada no Balanço Orçamentário.
- (D) A utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores deve ser evidenciada exclusivamente no Balanço Patrimonial, sem repercussão informativa no Balanço Orçamentário ou em notas explicativas dessa demonstração.
- (E) A abertura de créditos adicionais com superávit financeiro não pode gerar desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, pois todo crédito adicional deve corresponder a nova receita do exercício.

32. Na elaboração do Balanço Patrimonial, um ente público deve evidenciar a situação patrimonial e as informações exigidas pela Lei nº 4.320/1964.

Considerando a composição e a finalidade dos quadros dessa demonstração, assinale a alternativa correta.

- (A) O Quadro das Contas de Compensação deve apresentar os atos potenciais já executados, pois esses valores representam fatos patrimoniais consumados, com efeitos definitivos sobre ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade pública, não havendo necessidade de restringi-los a situações ainda pendentes de execução.
- (B) O Balanço Patrimonial é composto exclusivamente pelo Quadro Principal, pois os atos potenciais, a segregação entre ativos e passivos financeiros e permanentes e o superávit ou déficit financeiro devem ser evidenciados apenas em notas explicativas, sem integrar quadros próprios da demonstração patrimonial do setor público.
- (C) O Quadro Principal classifica os ativos e passivos em financeiros e permanentes, enquanto o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta somente ativos circulantes e passivos circulantes, sem demonstrar a segregação exigida pela Lei nº 4.320/1964 ou a composição financeira exigida para fins de controle.
- (D) O superávit financeiro corresponde ao resultado patrimonial do exercício, apurado pela diferença entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, devendo ser demonstrado na DVP e utilizado como medida de desempenho econômico da entidade pública, sem relação direta com ativo e passivo financeiros ou com a disponibilidade financeira apurada.
- (E) O Quadro Principal apresenta a visão patrimonial, com ativos, passivos e patrimônio líquido; o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes evidencia a segregação prevista na Lei nº 4.320/1964; o Quadro das Contas de Compensação apresenta atos potenciais a executar; e o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro evidencia a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro.

33. Ao analisar as movimentações financeiras de um ente público, o contador identificou receitas e despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extraorçamentários, além dos saldos de caixa do início e do fim do exercício.

Tendo em vista a finalidade do Balanço Financeiro, pode-se afirmar que

- (A) o Balanço Financeiro é composto por quatro quadros: Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, todos próprios dessa demonstração.
- (B) o Balanço Financeiro evidencia apenas receitas arrecadadas e despesas empenhadas no exercício, excluindo os recebimentos e pagamentos extraorçamentários e desconsiderando os saldos de caixa transferidos do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- (C) o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro corresponde ao superávit ou déficit financeiro, calculado pela diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, razão pela qual se confunde com a informação evidenciada no Balanço Patrimonial.
- (D) o Balanço Financeiro evidencia receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, permitindo apurar o resultado financeiro do exercício.
- (E) as receitas e despesas orçamentárias evidenciadas no Balanço Financeiro são apresentadas exclusivamente por categoria econômica, sem segregação por fonte ou destinação de recursos, pois a demonstração busca apenas o confronto entre previsão e execução.

34. Considerando que as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público possuem finalidades distintas, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL).

- (A) A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio e o resultado patrimonial do exercício; a DFC apresenta entradas e saídas de caixa classificadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento; e a DMPL demonstra a evolução do patrimônio líquido durante o período.
- (B) A DVP evidencia apenas receitas e despesas orçamentárias do exercício; a DFC apresenta o resultado patrimonial apurado pelo confronto entre variações aumentativas e diminutivas; e a DMPL demonstra a execução dos restos a pagar processados e não processados.
- (C) A DFC evidencia as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas; a DVP apresenta os fluxos de caixa classificados por atividades; e a DMPL substitui o Balanço Patrimonial na apuração dos ativos, passivos e patrimônio líquido ao final do exercício.
- (D) A DMPL evidencia exclusivamente ingressos e dispêndios extraorçamentários; a DFC demonstra o resultado patrimonial do exercício; e a DVP apresenta somente mutações no patrimônio líquido decorrentes de transações com proprietários ou equivalentes.
- (E) A DVP, a DFC e a DMPL possuem a mesma finalidade informacional, pois todas demonstram apenas o saldo de caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício, variando somente a forma de apresentação dos ingressos e dispêndios nas demonstrações contábeis.

35. A Administração pretende contratar bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, por meio de procedimento licitatório regular.

Nesse contexto, indique a alternativa correta com relação às modalidades de licitação e ao processamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

- (A) A concorrência é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, ainda que seus padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, enquanto o pregão se destina exclusivamente à contratação de obras e serviços especiais de engenharia.
- (B) O pregão é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, podendo adotar os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto; em regra, o processo licitatório observará as fases preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recurso e homologação.
- (C) O concurso é a modalidade adequada para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, devendo ser julgado pelo critério de maior lance, por se tratar de procedimento voltado à obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração.
- (D) O leilão é a modalidade própria para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, com julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, sendo aplicável quando a Administração pretende selecionar produção intelectual mediante prêmio, remuneração ou reconhecimento formal do vencedor.
- (E) O diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras, em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

36. Um órgão público pretende realizar contratação direta, distinguindo hipótese de inviabilidade de competição de situação em que a licitação é legalmente dispensável.

Tendo em vista a inexigibilidade, a dispensa de licitação e o respectivo processo de contratação direta, conforme Lei de Licitação, assinale a alternativa que está em linha com a atual legislação.

- (A) A contratação direta por inexigibilidade afasta a necessidade de justificar o preço, comprovar a habilitação mínima do contratado e demonstrar a compatibilidade orçamentária, bastando a indicação da inviabilidade de competição pela autoridade administrativa e a descrição sumária do objeto.
- (B) A inexigibilidade e a dispensa de licitação são institutos equivalentes, pois ambas decorrem exclusivamente da discricionariedade administrativa, dispensam a demonstração formal da hipótese legal aplicável e afastam a necessidade de instrução do processo de contratação direta, inclusive quanto ao preço.
- (C) A inexigibilidade aplica-se aos casos de contratação por baixo valor, quando a Administração entende desnecessária a competição, enquanto a dispensa ocorre apenas quando houver fornecedor exclusivo, em razão da inexistência de competição viável no mercado e da singularidade do objeto contratado.
- (D) A contratação direta compreende as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação, a inexigibilidade ocorre quando for inviável a competição, a dispensa depende de hipótese legal autorizativa, e o processo deve ser instruído, entre outros documentos, com razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente.
- (E) A dispensa em razão de emergência ou calamidade pública autoriza a contratação de qualquer objeto relacionado à conveniência administrativa, admite a prorrogação irrestrita do contrato e permite a recontração da mesma empresa com base no mesmo fundamento, enquanto persistir o interesse público.

37. Durante a execução do orçamento, determinado ente público verificou que uma dotação já existente na Lei Orçamentária Anual (LOA) era insuficiente para atender determinada ação governamental.

Considerando os instrumentos de planejamento e os créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano Plurianual (PPA) substitui a LOA quando houver necessidade de reforço de dotação durante a execução do orçamento, pois contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- (B) Os instrumentos de planejamento compreendem o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA; e o reforço de dotação orçamentária já existente deve ocorrer por meio de crédito suplementar.
- (C) O crédito especial destina-se ao reforço de dotação orçamentária já existente na LOA, sendo utilizado quando a autorização original se revelar insuficiente para a execução da ação governamental.
- (D) O crédito extraordinário é utilizado para qualquer despesa sem dotação específica, ainda que não haja urgência ou imprevisibilidade, desde que a despesa seja relevante para a continuidade da ação administrativa.
- (E) A LDO autoriza diretamente a execução de todas as despesas do exercício, dispensando a LOA sempre que as metas e prioridades já estiverem definidas.

38. Ao final de determinado quadrimestre, o Poder Executivo de um Município apurou despesa total com pessoal equivalente a 96% do respectivo limite legal, calculada sobre a receita corrente líquida.

Nesse sentido, considerando as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar:

- (A) a receita corrente líquida deve ser apurada com base apenas nas receitas arrecadadas no mês de referência, sem considerar os onze meses anteriores, pois a verificação quadrimestral exige base corrente e restrita ao período.
- (B) as vedações da LRF somente se aplicam quando a despesa total com pessoal ultrapassa 100% do limite legal, não havendo qualquer restrição quando o percentual fica entre 95% e 100%, por inexistir excesso formal a reconduzir.
- (C) a despesa total com pessoal deve ser apurada pelo regime de caixa, considerando apenas os pagamentos realizados no quadrimestre, ainda que existam despesas incorridas no período e não pagas até a data da verificação.
- (D) ainda que o limite máximo não tenha sido ultrapassado, a superação de 95% do limite sujeita o Poder a vedações, como criação de cargo, alteração de estrutura de carreira que implica aumento de despesa e contratação de horas extras, ressalvadas as exceções legais.
- (E) a superação de 95% do limite legal obriga o Poder a eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, ainda que o limite máximo de despesa com pessoal não tenha sido ultrapassado.

39. Um Município pretende conceder isenção tributária em caráter não geral, com impacto na arrecadação municipal. Seguindo o estabelecido nas normas de responsabilidade fiscal aplicáveis à renúncia da receita, é correto afirmar:

- (A) a concessão do benefício deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois exercícios subsequentes, atender à Lei de Diretrizes Orçamentárias e cumprir ao menos uma das condições legais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (B) a concessão de isenção tributária em caráter não geral não configura renúncia de receita, desde que seja aprovada por lei municipal específica e esteja vinculada a política pública local de incentivo econômico ou social.
- (C) a renúncia de receita exige apenas autorização legislativa, sendo dispensáveis a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a análise de compatibilidade com as metas fiscais quando o benefício for aprovado por lei específica.
- (D) a compensação da renúncia de receita pode ocorrer por meio de redução permanente de despesa, independentemente de aumento de receita, pois a economia orçamentária futura neutraliza o impacto fiscal do benefício tributário concedido.
- (E) o benefício tributário decorrente de renúncia de receita entra em vigor imediatamente, ainda que a compensação exigida pela LRF dependa de medidas futuras, desde que haja previsão de implantação antes do encerramento do exercício.

40. Um Estado pretende transferir recursos a determinado Município, a título de cooperação financeira, sem que a transferência decorra de determinação constitucional ou legal e sem que os recursos sejam destinados ao Sistema Único de Saúde.

Nesse contexto, considerando as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre transferências voluntárias, é correto afirmar que a

- (A) suspensão de transferências voluntárias alcança, em qualquer hipótese, as ações de educação, saúde e assistência social, pois as sanções fiscais devem ser aplicadas de forma uniforme ao ente inadimplente.
- (B) transferência não se caracteriza como voluntária, pois qualquer repasse entre entes federativos possui natureza obrigatória quando destinado à cooperação financeira, ao auxílio administrativo ou à assistência técnica entre os governos envolvidos.
- (C) transferência voluntária dispensa dotação específica, desde que o ente beneficiário comprove que aplicou os mínimos constitucionais em saúde e educação e demonstre regularidade fiscal perante o ente transferidor, pois tais requisitos substituem a autorização orçamentária própria.
- (D) utilização dos recursos em finalidade diversa da pactuada é admitida quando houver interesse público superveniente, independentemente de alteração formal do ajuste, desde que a nova destinação também beneficie a população local.
- (E) transferência caracteriza-se como voluntária e exige, além das condições previstas na LDO, existência de dotação específica, comprovação de requisitos pelo beneficiário, previsão orçamentária de contrapartida e utilização dos recursos exclusivamente na finalidade pactuada.

41. Considerando as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre a destinação de recursos públicos ao setor privado, um ente público pretende destinar recursos para auxiliar pessoa jurídica privada na cobertura de déficit financeiro.

Nesse caso, é correto afirmar, quanto ao procedimento a ser adotado, que

- (A) a concessão de empréstimos, financiamentos e subvenções ao setor privado não se submete às regras da LRF, por possuir natureza negocial e depender de ajuste próprio entre as partes.
- (B) a destinação de recursos ao setor privado pode ser autorizada diretamente por ato administrativo, desde que exista interesse público devidamente justificado e demonstração de conveniência financeira para o ente público.
- (C) a exigência de lei específica aplica-se apenas à administração direta, não alcançando fundações públicas e empresas estatais, ainda que estas participem da destinação de recursos públicos ao setor privado.
- (D) a destinação de recursos deve ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais.
- (E) os recursos públicos podem ser utilizados para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, independentemente de lei específica, quando houver risco de insolvência e potencial impacto sobre a estabilidade econômica.

42. Durante fiscalização de convênio federal, foram identificados indícios de dano ao erário em razão da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União a determinado Município.

Considerando a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) e o tratamento processual previsto na Lei nº 8.443/1992, indique a alternativa que apresenta o procedimento adequado nesse contexto.

- (A) O TCU apenas aprecia as contas anuais do Presidente da República, mediante parecer prévio encaminhado ao Congresso Nacional, não possuindo competência para julgar contas de administradores ou responsáveis por recursos públicos federais, ainda que vinculados a convênios.
- (B) A competência para julgar a aplicação de recursos federais transferidos por convênio é exclusiva do Tribunal de Contas do Estado ou do Município beneficiário, pois os recursos passam a integrar definitivamente o orçamento local após o repasse financeiro, afastando a jurisdição do TCU.
- (C) O responsável pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio está sujeito à jurisdição do TCU, diante da não comprovação da aplicação dos recursos e de indícios de dano ao erário, deve ser instaurada tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.
- (D) a tomada de contas especial somente pode ser instaurada quando houver omissão no dever de prestar contas, não sendo cabível em caso de desfalque, desvio ou prática de ato ilegal, ilegítimo ou anti-econômico com dano ao erário, ainda que o prejuízo seja quantificável.
- (E) a constatação de irregularidade em processo de fiscalização impede a conversão do processo em tomada de contas especial, devendo o TCU limitar-se à comunicação do fato ao Congresso Nacional ou ao órgão repassador dos recursos, sem promover julgamento de contas.

43. Com base nas diretrizes da NBC TSP nº 34/2021, que trata de custos aplicados ao setor público, assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto para que uma entidade pública estruture a apuração dos custos dos serviços entregues à sociedade, considerando o consumo de recursos, a definição dos objetos de custo e a forma de atribuição dos custos diretos e indiretos.

- (A) Na apuração de custos no setor público, a entidade deve observar exclusivamente o regime de caixa, reconhecendo como custo apenas os recursos efetivamente pagos no período, pois a informação de custos deve refletir o desembolso financeiro realizado pela entidade e a execução orçamentária correspondente.
- (B) A entidade deve identificar, acumular e relatar os custos de seus objetos em base regular; o custo do período deve ser apurado pelo regime de competência; e a atribuição dos custos deve priorizar a apropriação dos custos diretos, seguida da alocação dos custos indiretos por direcionadores e, em último caso, por bases de rateio razoáveis e consistentes.
- (C) O objeto de custo final corresponde a qualquer unidade administrativa interna, ainda que não represente bem ou serviço entregue à sociedade, desde que essa unidade consuma recursos orçamentários, financeiros ou patrimoniais no período e possua centro de responsabilidade definido no sistema gerencial.
- (D) Os custos indiretos devem ser alocados, pela entidade pública, diretamente aos objetos de custo, sem necessidade de direcionadores ou critérios consistentes de rateio, pois a finalidade da informação gerencial é apenas estimar o consumo total de recursos, ainda que sem relação de causa e efeito com a entrega realizada.
- (E) A inexistência de sistema informatizado robusto ou o pequeno porte da entidade justificam a ausência de iniciativas para desenvolvimento de informações de custos, especialmente quando houver limitação de pessoal, tecnologia ou bases de dados, ainda que existam controles simplificados.

44. Ao elaborar relatório financeiro para fins gerais, determinada entidade selecionou informações capazes de influenciar decisões dos usuários e buscou representar os fenômenos econômicos de forma completa, neutra e isenta de erros relevantes.

A partir das características qualitativas de informações financeiras úteis, assinale a alternativa correta.

- (A) A relevância e a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais; a comparabilidade, a capacidade de verificação, a tempestividade e a compreensibilidade são características qualitativas de melhoria; e a materialidade constitui aspecto da relevância específico da entidade.
- (B) A comparabilidade e a tempestividade são características qualitativas fundamentais da informação financeira útil, enquanto a relevância e a representação fidedigna são apenas características de melhoria aplicáveis em etapa posterior da análise contábil.
- (C) A representação fidedigna exige precisão absoluta em todos os aspectos da mensuração, de modo que estimativas contábeis, ainda que razoáveis e adequadamente explicadas, não podem fornecer informação financeira útil aos usuários das demonstrações.
- (D) A materialidade deve ser definida por limite quantitativo uniforme, aplicável indistintamente a todas as entidades e situações, para assegurar comparabilidade e eliminar julgamentos específicos da administração na elaboração do relatório financeiro.
- (E) A compreensibilidade autoriza a exclusão de informações sobre fenômenos econômicos complexos sempre que sua inclusão dificultar a leitura do relatório financeiro, ainda que essas informações sejam relevantes para os usuários primários das demonstrações financeiras.

Para responder às questões 45 e 46, considere o balanço patrimonial a seguir, referente ao exercício findo em 31/12/2025, apresentado pelo contador da empresa Tira Teima Ltda. para algumas análises:

Balanço Patrimonial Findo em 31/12/2025			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa	40.000,00	Fornecedores	580.000,00
Bancos	380.000,00	Empréstimos e financiamentos	300.000,00
Aplicações financeiras	1.200.000,00	Impostos a recolher	600.000,00
Contas a receber de clientes	500.000,00	Salários a pagar	580.000,00
Estoques	600.000,00	Contas a pagar	140.000,00
Adiantamentos	120.000,00		2.200.000,00
Demais contas a receber	160.000,00		
Impostos a compensar	240.000,00		
	3.240.000,00	Passivo não circulante	
		Empréstimos e financiamentos LP	456.000,00
		Contas a pagar de longo prazo	170.672,00
			626.672,00
Ativo não circulante			
Títulos a receber	220.000,00		
Investimentos	780.000,00		
Ativo Imobilizado	1.100.000,00	Capital	2.000.000,00
Depreciação Acumulada	700.000,00	Reservas de capital	700.000,00
Intangíveis	200.000,00	Resultado do período	713.328,00
	3.000.000,00		3.413.328,00
Total do Ativo	6.240.000,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.240.000,00

45. Segundo o balanço patrimonial apresentado, o índice de liquidez seca, em reais, é

- (A) 1,10.
- (B) 1,20.
- (C) 1,25.
- (D) 1,30.
- (E) 1,32.

46. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, em termos percentuais, a participação de capital de terceiros sobre capital próprio para se avaliar o nível de endividamento da empresa.

- (A) 22
- (B) 48
- (C) 38
- (D) 83
- (E) 141

Com base nas informações hipotéticas fornecidas por uma empresa e apresentadas a seguir, referente ao exercício findo em 31/12/2025, responda às questões **47** e **48**:

- Total das vendas líquidas do ano: R\$ 11.250.000
- Impostos sobre vendas: 12% sobre as vendas brutas
- Margem Bruta apresentada no trimestre: 35%
- Despesas Comerciais: R\$ 856.000
- Despesas Administrativas: R\$ 990.000
- Despesas Financeiras: R\$ 137.500
- Receita Financeira: R\$85.000
- Outras despesas operacionais: R\$16.000
- Taxa efetiva do IR e CSLL: 34%

47. Diante dos dados fornecidos pela contabilidade, assinale a alternativa que apresenta o valor, em reais, dos custos dos produtos vendidos.

- (A) 3.937.500
- (B) 4.543.200
- (C) 5.200.350
- (D) 6.870.100
- (E) 7.312.500

48. É correto afirmar que o lucro líquido da empresa, em reais, foi de

- (A) 894.680.
- (B) 978.870.
- (C) 1.120.560.
- (D) 1.335.180.
- (E) 1.435.810.

49. Considere as informações a seguir, prestadas pelo contador de uma determinada empresa, relativas à aquisição de um equipamento para seu parque industrial:

- Equipamento: Dobradeira ultra de última geração
- Valor do Equipamento: R\$ 3.000.000
- Data da aquisição: 18/04/2025
- Valor dos custos para colocar a máquina em funcionamento: R\$ 380.000
- Início de funcionamento do equipamento: 30/04/2025
- Método de depreciação: linear
- O valor residual estimado: R\$ 150.000, equivalente a 5% do valor bruto do bem
- O valor do frete: 12% do valor do bem, pago pelo vendedor
- O valor do ICMS recuperável: 17% do valor do bem
- A vida útil estimada para o equipamento: 36 meses

A partir das informações apresentadas, calcule, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o valor da depreciação acumulada, em 31 de dezembro de 2025, em reais, por essa empresa.

Nota: desprezar os centavos

- (A) 46.111
- (B) 50.370
- (C) 55.555
- (D) 57.340
- (E) 60.810

50. Considere as seguintes informações, apresentadas por uma entidade pública, com relação às variações contábeis apuradas pela entidade para o período de doze meses, iniciado em 1º de janeiro e finalizado em 31 de dezembro de 2025:

Operação	Reais
Prejuízo do exercício	675.000
Resultado negativo da Equivalência Patrimonial	459.000
Depreciação e amortização	1.323.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	205.200
Reversão da provisão para contingências tributário no período	383.400
Redução (aumento) em contas a receber	(1.242.000)
Redução (aumento) nos estoques	1.155.600
Aumento (redução) em fornecedores	(772.200)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	259.200
Aquisição de ativo imobilizado	1.495.800
Aquisição do ativo intangível	615.600
Aquisição de investimentos	10.800
Empréstimos tomados	6.696.000
Integralização de capital	1.080.000
Pagamentos de empréstimos - principal	6.204.600

Adicionalmente, a entidade apresentou, no início e no final do período, as seguintes informações de caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa:

- no início do período: R\$ 845.100,00
- no final do período: R\$ 623.700,00

Com base nos dados expostos, assinale a alternativa que apresenta o valor, em reais, do caixa líquido obtido das atividades operacionais da entidade, considerando um fluxo de caixa pelo método indireto.

- (A) 329.400
- (B) 387.800
- (C) 396.400
- (D) 404.600
- (E) 434.500

RASCUNHO

